



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

3258

Presidente da Mesa Diretora: Ivan José Lopes

Espécie: Projeto de Lei

Categoria: Modifica e revoga leis

Autoria: Executivo Municipal

Data: 31/01/1991

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 03/1991. (REVOGADA). Altera o artigo 30 e os parágrafos 1º e 2º da Lei nº 1.554, de 30/08/1985, que dispõe sobre a cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano de Montes Claros - IPTU. (Referente à Lei nº 1.903, de 06/02/1991).

Controle Interno – Caixa: 16 **Posição:** 29 **Número de folhas:** 08

Observação: Foi posteriormente revogada conforme flash 3267

Espécie: PL
categoria: modizica
α: 16
Ordem: 29
nº fls: 05

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº 03/91

Autor: Prefeito Municipal

Assunto:

Altera o Artigo 30, da Lei 1554 (IPTU)

MOVIMENTO

- 1 Recebido em 31.01.91
- 2 À Com. de Leg. e Justiça em 31.01.91
- 3 Proposto em
- 4 regime de urgência - 05-02-91.
- 5 A. sancionada - 05-02.91.
- 6 Declarada -
- 7
- 8
- 9
- 10

caixa

91.



PREFEITURA DE MONTES CLAROS

Av. Cula Mangabeira, 211 - 39.400 - Montes Claros - Minas Gerais



PROJETO DE LEI Nº....., DE 30 DE JANEIRO DE 1991

ALTERA O ARTIGO 30 E OS PARÁGRAFOS 1º E 2º DA LEI Nº 1.554, DE 30 DE AGOSTO DE 1.985, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.



A Câmara Municipal de Montes Claros decreta e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O artigo 30 e os parágrafos 1º e 2º da Lei nº 1.554, de 30 de agosto de 1985, passam a ter a seguinte redação:

"Artigo 30 - O Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, será recolhido de uma só vez até o dia 30 de abril de cada ano.

Parág. 1º - O Contribuinte que recolher o imposto, integralmente, nos prazos a seguir mencionados, terá os seguintes descontos:

I - Até 28 de fevereiro - 40% (quarenta por cento);

II - Até 30 de março - 30% (trinta por cento);

III - Até 30 de abril - 20% (vinte por cento);

→ Parág. 2º - O imposto que não for recolhido na forma estabelecida no parágrafo 1º será dividido em 06(seis) parcelas iguais e sucessivas, que serão atualizadas, mensalmente, a partir da segunda parcela, pelo índice do IPC, vencendo-se a primeira em 30 de abril."

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução desta Lei pertencerem, que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém e declara.

Prefeitura de Montes Claros, 30 de janeiro de 1.991.

Mário Ribeiro da Silveira
Prefeito Municipal

As
Comissões



Câmara Municipal de Montes Claros

EMENDA AO PROJETO-LEI QUE DISP^{õe} SOBRE O PAGAMENTO
DO IPTU.

O Vereador infra-assinado, na forma regimental, apresenta
a seguinte emenda ao referido projeto :

EMENDA - que se dê ao § 2º, do Artigo 30, da Lei 1554, que
se pretende modificar, o seguinte teor :

" § 2º - O imposto que não for recolhido na forma estabele-
cida no § 1º, será dividido em 06 (seis) parcelas mensais
iguais e sucessivas, que serão pagas sem qualquer correção, ven-
cendo-se a primeira em 30 de abril. "

Sala das sessões, 31 de janeiro de 1991.

Eduardo Avelino Pereira
Vereador Eduardo Avelino Pereira





PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS - M.G.

Em, 30 de janeiro

de 1991

Of. Nº : 015/CJ/91

Assunto : Encaminha Projeto de Lei

Serviço : Consultoria Jurídica

Senhor Presidente,

Com o Projeto de Lei que ora submetemos à douta apreciação de V.Exa. e dos ilustres Vereadores dessa Casa, pretemos atender aos reclamos justos da nossa Comunidade, que se ressente, também, do momento crítico e recessivo que, momentaneamente, vive o nosso país.

Assim, estamos propondo que o tributo IPTU seja pago com descontos e prazos maiores, dessa forma amenizando sobre maneira o contribuinte municipal.

Nesta oportunidade, desejamos ressaltar a V. Exa. e aos nobres componentes dessa Casa que este Executivo, no exercício regular de sua competência sobre a propriedade predial e territorial urbana, em nenhum momento, deixou de aplicar os dispositivos' legais que são assegurados de modo expresse pela régia Carta Magna.

Compreendemos o momento atual de crise econô- mica e de guerras, inclusive, mas não podemos prescindir do tributo, como instrumento de efetivação da receita, de que se utiliza o Muni- cípio para alcançar os fins sociais, educacionais e de saúde.

Acreditamos ser a nossa posição idêntica à de V. Exa. e dos seus nobres pares que, certamente, não desejam serem ' impedidos de exercitarem o direito regular e constitucional, na bus- ca da melhor justiça social.

Ao ensejo, externamos a V.Exa. sinceros votos de sucesso no exercício promissor da Presidência do Legislativo Muni- cipal, neste ano de 1.991.

Cordialmente,



Comissão de
Fins

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE Finanças
EM 31 DE Junho DE 1991
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM 1ª DISCUSSÃO POR
COM EMENDA
EM 05 DE Junho DE 1991
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A SANÇÃO
EM 05 DE Junho DE 1991
PRESIDENTE

Considero o parágrafo 2º do art 1º inconstitucional, já que prevê reajuste das prestações pelo IPC, contrariando a lei 1554, no artº 2º. O presente projeto de lei entraria em vigor na data da sua publicação, contrariando o disposto em const. federal que não se pode gerar impostos para vigorar no mesmo ano fiscal.

Edson Thelmo

Considero o presente projeto legal e constitucional pois mesmo não afetar a lei 1554, apenas abre uma oportunidade do contribuinte pagar os seus impostos com desconto até o dia 30 de Abril.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS - M.G.

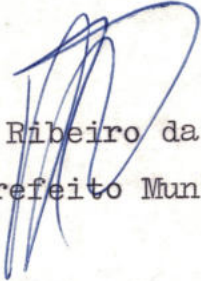
Em, 30 de janeiro

de 19 91

Of. Nº : 015/CJ/91 - Fl. 02

Assunto : Encaminha Projeto de Lei

Serviço : Consultoria Jurídica


Mário Ribeiro da Silveira
Prefeito Municipal

Exmo. Sr.

Dr. Ivan José Lopes

MD. Presidente do Legislativo Municipal

N E S T A



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
 A COMISSÃO DE Legislação
 EM 3 DE Junho DE 1991
 PRESIDENTE

E' legal e constitucional
J. P.

E' legal e constitucional
Edmundo Reis

Comissão de Finanças

*Somos pela aprovação
 da presente emenda;*

Somos pela aprovação

Cartão

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
 APROVADO EM 10 DE Junho DE 1991
 DISCUSSÃO POR
 PRESIDENTE



Câmara Municipal de Montes Claros

Av. Dr. João Luiz de Almeida, s/n - Cep 39.400 - Montes Claros - MG

Em 05 de fevereiro de 1991

Ofício nº: 030/91

Assunto: Encaminhando projeto para sanção.

Serviço: Câmara Municipal

Senhor Prefeito,

Com o nosso cordial abraço estamos encaminhando a esse Executivo, para a sanção de V. Exa., o projeto-de-lei incluso, que modifica o Art. 3º, da Lei Municipal 1554, que dispõe sobre a cobrança do IPTU.

Nesta oportunidade, cientificamos V. Exa. de que, tendo em vista a Emenda aprovada por este Legislativo, o referido projeto sofreu modificação no § 2º, do Artigo 3º a que ele se refere, cuja emenda já se acha inserida no mesmo.

Com os nossos renovados protestos de apreço e estima, subscrevemo-nos

cordialmente.

Ivan José Lopes
Presidente da Câmara

Exmo.Sr.

Dr. Mário Ribeiro da Silveira

DD. Prefeito Municipal

MONTES CLAROS